

VÓLIA BOMFIM CASSAR

DIREITO DO TRABALHO

DE ACORDO COM A
REFORMA TRABALHISTA

17.ª edição

Revista e atualizada



* O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

* Fechamento desta edição: 02.07.2020

* O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

* **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

* Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2020 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1.384

São Paulo – SP – 01203-904

www.grupogen.com.br

* Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

* Capa: Aurélio Corrêa

* **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Cassar, Vólia Bomfim

Direito do trabalho: de acordo com a reforma trabalhista / Vólia Bomfim Cassar. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8614-8

1. Brasil. [Lei n.13467, de 13 de julho de 2017]. 2. Direito do trabalho – Brasil. 3. Reforma legislativa – Brasil. I. Título.

19-55655

CDU: 349.2(81)

Leandra Felix da Cruz – Bibliotecária – CRB-7/6135



1178723

SUMÁRIO

Unidade I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – DIREITO DO TRABALHO (HISTÓRICO)	3
1. Trabalho	3
1.1. Origem da Palavra.....	3
1.2. Definição	3
2. Direito do Trabalho.....	3
2.1. Conceito.....	3
2.2. Características.....	5
2.3. Denominação	7
2.4. Divisão do Direito do Trabalho	8
2.5. Natureza Jurídica ou Taxonomia.....	9
3. Fundamentos e Formação Histórica	11
3.1. Fundamento.....	11
3.2. Histórico Mundial	12
3.3. Histórico no Brasil	16
3.4. Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT	19
CAPÍTULO 2 – DIREITO DO TRABALHO	21
1. Publicização do Direito	21
2. Globalização e a Crise do Direito do Trabalho	22
3. Flexibilização e Desregulamentação.....	32
4. Princípio Constitucional da Condição mais favorável como Limite à Flexibilização dos Direitos Fundamentais do Trabalho	41
CAPÍTULO 3 – FONTES DE DIREITO DO TRABALHO	49
1. Conceito de Fonte.....	49

2. Conceito de Fonte de Direito.....	49
2.1. Direito Positivo – Conceito.....	49
3. Importância do Assunto	50
4. Fonte de Direito do Trabalho	50
5. Tipos.....	51
5.1. Fontes Materiais de Direito do Trabalho	52
5.2. Fontes Formais de Direito do Trabalho	53
5.2.1. Fontes Formais Autônomas ou Profissionais.....	53
5.2.2. Fontes Formais Heterônomas, Imperativas ou Estatais	53
5.2.3. Fontes Formais e Hierarquia Formal.....	54
6. Análise das Fontes Formais de Acordo com a Hierarquia.....	55
6.1. Constituição	55
6.2. Lei.....	58
6.3. Decretos.....	60
6.4. Sentenças Normativas	65
6.5. Convenções Coletivas e Acordos Coletivos.....	66
6.6. Costume.....	67
6.6.1. Formas	67
6.7. Jurisprudência	68
6.7.1. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes.....	70
6.7.2. Precedentes Normativos	71
6.7.3. Orientações Jurisprudenciais.....	71
6.7.4. Súmulas, Súmulas Vinculantes e Súmulas Impeditivas.....	73
6.7.5. Limitações Impostas pela Lei nº 13.467/17	75
6.8. Tratados e Convenções Internacionais.....	77
6.9. Equidade	86
6.9.1. Julgamento com Equidade e Julgamento por Equidade ...	87
6.10. Princípios Gerais de Direito.....	90
6.11. Regulamento de Empresa.....	90
6.12. Contrato de Trabalho	92
6.13. Laudo ou Sentença Arbitral.....	93
7. Hierarquia das Fontes no Caso Concreto.....	93
7.1. Formal.....	93
7.2. Material	93
7.3. Critério de Comparação.....	94

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO TRABALHO	101
1. Conceito de Interpretação	101
1.1. Conceito Jurídico de Interpretação	102
2. Interpretação Constitucional – Conceito	102
3. Constituição	102
4. Sistemas Específicos de Interpretação Constitucional	103
4.1. Métodos de Interpretação Constitucional	103
4.2. Princípios de Interpretação Constitucional.....	104
4.3. Modalidades de Princípios de Interpretação Constitucional	105
4.3.1. Princípio da Supremacia Constitucional	105
4.3.2. Princípio da Unidade da Constituição	105
4.3.3. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização	106
4.3.4. Princípio da Força Normativa da Constituição.....	106
4.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou da Eficiência.....	106
4.3.6. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público	107
4.3.7. Princípio do Efeito Integrador	107
4.3.8. Princípio da Interpretação conforme a Constituição	108
4.3.9. Princípio da Proporcionalidade	112
4.4. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional	113
4.4.1. Controle de Constitucionalidade através da Interpretação conforme a Constituição.....	113
4.4.2. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legislador	114
5. Hermenêutica Tradicional.....	115
6. Métodos de Interpretação e Escolas de Interpretação	116
6.1. Interpretação Tradicional, Gramatical ou Literal (quanto aos Elementos ou à Natureza)	116
6.2. Interpretação Histórico-Evolutiva (quanto aos Elementos ou à Natureza)	121
6.3. Interpretação Histórica (quanto aos Elementos ou à Natureza)	123
6.4. Interpretação Teleológica ou Lógica (quanto aos Elementos ou à Natureza)	124
6.5. Interpretação Sistemática (quanto aos Elementos ou à Natureza)	126
6.6. Interpretação através de Pesquisa Científica	127
6.7. Interpretação Extensiva, Interpretação Restritiva e Interpretação Declarativa (quanto ao Resultado da Interpretação)	127

6.8. Interpretação Autêntica, Legislativa ou Legal (quanto à Origem).....	128
6.9. Interpretação Doutrinária ou Privada (quanto à Origem).....	129
6.10. Interpretação Judicial ou Jurisprudencial (quanto à Origem).....	129
6.11. Da Interpretação em Favor da Liberdade.....	129
7. Interpretação do Direito do Trabalho.....	130
8. Interpretação das Normas Coletivas.....	130

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO, NO TEMPO E NO ESPAÇO..... 133

1. No Território.....	133
2. No Tempo	134
3. No Espaço – Direito Internacional Privado do Trabalho.....	134
3.1. Aplicação da Lei Trabalhista no Território.....	135
3.1.1. Trabalho Permanente em um só País.....	136
3.1.2. Trabalho Transitório ou Intermitente pela Natureza do Serviço Executado em Diversos Países por Período de até 90 Dias.....	137
3.1.3. Transferência Provisória Superior a 90 Dias	138
3.1.4. Trabalho Prestado às Pessoas de Direito Público Internacional ou Equiparados (OIT, ONU, Representações Diplomáticas, Embaixadas ou Consulados).....	140
3.1.5. Direito Marítimo e Aéreo.....	146
3.1.6. Itaipu	149
3.1.7. Lei nº 7.064/82	150
3.1.7.1. Teorias.....	151
3.1.8. Contrato e Norma mais Favorável.....	154

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS..... 155

1. Conceito de Princípio.....	155
2. Conceito Tradicional de Princípio de Direito.....	155
3. Conceito de Princípios Constitucionais.....	156
3.1. Eficácia dos Princípios Constitucionais.....	157
3.2. Regras e Princípios Constitucionais na Visão de Canotilho	160
3.2.1. Função dos Princípios para Canotilho	161
3.3. Funções dos Princípios para o Direito Moderno	162
3.4. Princípios, Regras e Valores Constitucionais na Visão Moderna Brasileira	164

4. Princípios x Fontes – Visão Trabalhista	166
5. Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho	167
5.1. Princípios Universais de Direito do Trabalho.....	167
5.2. Princípios Gerais Constitucionais de Direito do Trabalho.....	168
5.3. Princípios Constitucionais Específicos de Direito do Trabalho.....	169
5.4. Princípios Gerais Aplicáveis ao Direito do Trabalho	170
CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO	171
1. Introdução	171
2. Espécies	173
2.1. Princípio da Prevalência da Condição mais Benéfica ao Trabalhador.....	173
2.1.1. Requisitos.....	174
2.1.2. Condição Favorável	174
2.1.3. Habitualidade na Concessão do Benefício.....	175
2.1.4. Concessão Voluntária e Incondicional.....	176
2.1.5. Inexistência de Impedimento Legal	178
2.1.6. Exceções ao Princípio da Prevalência da Condição mais Favorável ao Trabalhador	179
2.2. Princípio da Norma mais Favorável ao Trabalhador	181
2.3. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> ou <i>In Dubio Pro Operario</i>	184
2.3.1. Requisitos	187
2.4. Princípio da Primazia da Realidade	189
2.5. Princípio da Intangibilidade e da Irredutibilidade Salarial.....	194
2.6. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	195
2.7. Princípio da Continuidade da Empresa, ou da Preservação da Empresa, ou Função Social da Empresa	196
2.8. Princípio da Inalterabilidade Contratual <i>In Pejus</i>	205
2.8.1. Outras exceções.....	207
2.9. Princípio da Irrenunciabilidade e da Intransacionabilidade.....	208
2.9.1. Conciliação Judicial e Extrajudicial.....	223
2.9.2. Renúncias e Transações Previstas em Lei ou Toleradas pela Jurisprudência.....	224
2.9.3. Das Comissões de Conciliação Prévia e da Súmula nº 330 do TST	226
2.9.4. Renúncia e Transação de Direitos Privados.....	235
2.10. Princípio da Boa-fé.....	236

2.10.1. Princípio do Rendimento.....	237
2.11. Princípio da Alheabilidade ou <i>Ajenidad</i>	238
2.12. Princípio da Unidade, da Estabilidade ou da Segurança.....	239
CAPÍTULO 8 – RELAÇÃO DE EMPREGO	241
1. Natureza Jurídica da Relação de Emprego – Resumo das Teorias.....	242
1.1. Teoria Anticontratalista.....	242
1.2. Teoria Acontratalista ou Paracontratalista.....	244
1.3. Teoria Contratualista e Teoria Eclética ou Sincrética.....	245
1.3.1. Evolução Histórica da Teoria Contratualista.....	246
1.3.2. Teoria do Arrendamento ou Locação.....	246
1.3.3. Teoria da Compra e Venda.....	246
1.3.4. Teoria do Mandato.....	247
1.3.5. Teoria da Sociedade.....	247
CAPÍTULO 9 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	249
1. Conceito e Caracterização.....	250
2. Empregado Urbano ou Rural.....	251
2.1. Pessoalidade.....	251
2.2. Subordinação Jurídica.....	254
2.2.1. Subordinação Direta e Indireta.....	256
2.2.2. Subordinação Objetiva e Subjetiva.....	257
2.2.3. Parassubordinação.....	258
2.2.4. Subordinação Estrutural ou Integrativa.....	260
2.3. Onerosidade.....	261
2.4. Habitualidade ou Não Eventualidade.....	267
2.5. Risco do Negócio do Empregador.....	272
2.6. <i>Ajenidad</i> ou Alheabilidade ou Alienidade.....	275
2.7. Exclusividade.....	278
CAPÍTULO 10 – TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS	279
1. Trabalhador Eventual.....	279
2. Adventícios.....	284
3. Autônomo.....	284
4. Profissionais Liberais.....	287

5. Trabalhador Avulso Portuário e Não Portuário.....	288
5.1. Trabalhador Avulso.....	288
5.2. Conceito.....	289
5.3. Avulso Portuário.....	293
5.4. Competência da Justiça do Trabalho.....	294
5.5. Trabalho Portuário.....	295
5.5.1. Breve Histórico.....	295
5.5.2. Princípios.....	295
5.5.3. Trabalho Portuário.....	299
5.6. OGMO.....	302
5.7. Instalações Portuárias.....	303
5.8. Trabalhador Portuário e Trabalhador Portuário Avulso.....	304
5.9. Direitos dos Trabalhadores Avulsos.....	305
6. Trabalhador Temporário.....	307
7. Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	307
8. Relação de Emprego Entre Pai e Filho e Entre Parentes.....	308
9. Trabalhadores Intelectuais.....	309
10. Altos Empregados ou Empregados de Confiança.....	310
10.1. Conceito.....	310
10.2. Espécies.....	310
11. Pastor e Igreja ou Padre e Igreja.....	314
12. Representante Comercial.....	314
12.1. Conceito.....	314
12.2. Semelhanças e Distinções entre Vendedor Empregado e Representante Comercial.....	314
13. Cooperado x Cooperativa.....	317
13.1. Conceito.....	317
13.2. Natureza Jurídica.....	319
13.3. Princípios.....	319
13.4. Normas e Legislações Aplicáveis.....	320
13.5. Objetivo.....	322
13.6. Vínculo entre o Cooperado e a Cooperativa ou entre o Cooperado e o Tomador.....	322
14. Estagiário.....	324
14.1. Requisitos para a Validade do Estágio.....	325
14.2. Tipos de Estágio e Tempo Máximo de Duração.....	327

14.3. Jornada de Trabalho do Estagiário	327
14.4. Direitos do Estagiário após a Lei nº 11.788/08	327
15. Mãe Crecheira, Mãe Social, Mãe Substituta	328
16. Índio	333
17. Trabalho Voluntário	334
18. Trabalho do Preso	335
19. Transportador Autônomo de Cargas	336
CAPÍTULO 11 – EMPREGADOS DOMÉSTICOS	339
1. Histórico e Regulamentação Legal	339
2. Contrato e Conceito	340
3. Eficácia dos Direitos Constitucionais do Empregado Doméstico	352
4. Direitos	354
4.1. Salário Mínimo	356
4.2. Irredutibilidade, Intangibilidade e Impenhorabilidade de Salário	362
4.3. Décimo Terceiro Salário	363
4.4. Repouso Semanal Remunerado e Feriados	363
4.5. Férias Acrescidas de 1/3	364
4.6. Licença-Maternidade, Paternidade e Estabilidade Gestante	368
4.7. Aviso Prévio, Contrato Determinado, Justa Causa e Verbas da Rescisão	373
4.8. Vale-transporte	375
4.9. FGTS e Seguro-Desemprego	376
5. Da Jornada, Intervalo e Adicional Noturno	376
6. Do Menor Doméstico	379
7. Da Prescrição para o Doméstico	379
8. Representação em Juízo	381
9. Documentos e Testemunhas	382
10. Sucessão	383
11. Normas Coletivas e Sindicato	384
12. Princípios	384
13. Contrato por Obra Certa – Construção ou Reforma de Imóvel	385
CAPÍTULO 12 – TRABALHADOR RURAL	387
1. Histórico	387
2. Campo de Aplicação	387
3. Conceito e Enquadramento Legal	389

4. Propriedade Rural e Prédio Rústico.....	397
5. Conceito de Empregador Rural	397
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais.....	399
5.2. Grupo Econômico Rural.....	400
6. Trabalhadores Rurais	400
6.1. Contrato Misto.....	402
7. Distinções entre o Emprego Rural e o Urbano – Lei nº 5.889/73	403
7.1. Peculiaridades do Trabalhador Rural e Distinções	403
7.1.1. Aviso Prévio	403
7.1.2. Intervalo Interjornada.....	403
7.1.3. Intervalo.....	404
7.1.4. Horário e Adicional Noturno.....	404
7.1.5. Safrista	405
7.1.6. Utilidades.....	405
7.1.7. Moradia	406
7.1.8. FGTS e PIS.....	407
7.1.9. Salário-família	407
7.1.10. Insalubridade e Periculosidade	407
7.1.11. Discriminação a Idade.....	408
7.1.12. Enquadramento Sindical e Categoria Diferenciada.....	408
7.1.13. Prescrição Parcial.....	409
CAPÍTULO 13 – EMPREGADOR.....	415
1. Despersonalização do Empregador.....	415
1.1. Empregador – Empresa	415
1.2. Empregador “por Equiparação”.....	417
1.3. Empresa e Estabelecimento.....	419
1.3.1. Alienação do Estabelecimento. Trespasse. Visão Civil.....	421
2. Desconsideração da Pessoa Jurídica	422
2.1. Criação da Pessoa Jurídica	422
2.2. Pessoa Jurídica – Natureza Jurídica.....	422
2.3. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	423
2.3.1. Requisitos.....	425
2.4. Origem Histórica.....	425
2.5. Terminologia.....	426
2.6. Direito do Consumidor e Direito do Trabalho.....	426

3. Responsabilidade entre Sócio e Sociedade	427
3.1. Responsabilidade Ilimitada.....	428
3.2. Responsabilidade Limitada.....	429
3.3. Sociedade Limitada (arts. 1.052/1.087 do Código Civil).....	429
3.4. Teoria <i>Ultra Vires</i>	430
3.5. Responsabilidade Solidária ou Subsidiária entre Sócio e Sociedade.....	431
4. Grupo Econômico.....	432
4.1. Conceito.....	432
4.2. Grupo por Subordinação e por Coordenação	433
4.3. Requisitos para a Caracterização	438
4.4. Pessoas Físicas ou Jurídicas que Não Exploram Atividade Lucrativa.....	439
4.5. Solidariedade.....	441
4.6. Aspecto Processual	443

CAPÍTULO 14 – SUCESSÃO DE TITULARES DA EMPRESA OU DE EMPRESÁRIOS.....

1. Conceito.....	445
1.1. Nomenclatura.....	446
1.2. Transferência.....	448
1.3. Provisória ou Definitiva.....	450
1.4. Título Público ou Privado.....	450
1.4.1. Privatização ou Desestatização	451
1.4.2. Estatização.....	453
1.4.3. Substituição de Concessionário de Serviço Público	454
1.4.4. Desmembramento de Município	457
1.4.5. Cartórios Extrajudiciais.....	457
1.4.6. Leilão Público ou Hasta Pública	462
1.4.7. Lei	465
1.5. Formas Especiais de Sucessão	465
1.5.1. Liquidação Extrajudicial.....	465
1.6. Oneroso ou Gratuito.....	466
1.7. Sucessor Continua Explorando a mesma Atividade-fim que o Sucedido.....	466
1.8. Desnecessária a Continuidade da Prestação de Serviços do Empregado	467

1.9. O Sucedido Fica Desonerado das Dívidas Trabalhistas após a Sucessão.....	468
2. Natureza Jurídica.....	469
CAPÍTULO 15 – TERCEIRIZAÇÃO	473
1. Terminologia.....	473
2. Conceito.....	474
3. Fundamentos.....	475
4. Divisão.....	477
5. Brasil – Histórico Legislativo.....	482
6. Estudos de alguns casos	484
6.1. Art. 455 da CLT.....	485
6.1.1. Dono da Obra.....	486
6.2. Lei nº 6.019/74.....	487
6.3. Lei nº 7.102/83.....	489
6.3.1. Diferenças: Vigilante, Segurança e Vigia.....	491
6.4. Art. 442, Parágrafo Único, da CLT – Sociedades Cooperativas	493
6.5. Administração Pública e o Art. 37, II, da CRFB.....	495
6.6. Súmula nº 331, III, do TST.....	496
6.7. Terceirização geral – Arts. 4º-A e ss. da Lei nº 6.019/14.....	498
7. Da responsabilidade.....	500
7.1. Responsabilidade do Intermediador de Mão de Obra.....	500
7.2. Responsabilidade do Tomador de Mão de Obra.....	500
7.2.1. Tomador Privado.....	500
7.2.2. Tomador Público	501
7.2.3. Outros Casos Expressos.....	504
8. Direitos do Trabalhador Terceirizado.....	504
CAPÍTULO 16 – CONTRATO DE TRABALHO	507
Título I – Fases de Formação do Contrato	507
Título II – Contrato de Trabalho	512
1. Conceito.....	512
2. Contrato Intermitente.....	515
3. Denominação	520
4. Características.....	520
5. Morfologia ou Formação.....	522

CAPÍTULO 17 – REQUISITOS OU ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO	523
1. Elementos Essenciais.....	523
1.1. Elementos Essenciais Extrínsecos	524
1.1.1. Agente Capaz.....	524
1.1.1.1. Idade	526
1.1.1.2. Emenda Constitucional nº 20/98	527
1.1.1.3. Idade para o Trabalho	528
1.1.1.4. Do Contrato de Trabalho do Menor de 16 Anos.....	529
1.1.1.5. Capacidade Relativa.....	534
1.1.1.6. Idade	534
1.1.1.7. Mulher	539
1.1.1.8. Menor Aprendiz.....	540
1.1.2. Objeto Lícito.....	542
1.1.2.1. Possibilidade Física do Objeto	548
1.1.2.2. Determinação do Objeto.....	549
1.1.3. Formação Proibida, Forma Prescrita ou Não Defesa em Lei e “Proibição Legal”.....	549
1.1.3.1. Estudo de Alguns Casos	553
1.1.3.2. Policial Civil, Militar	554
1.1.3.3. Condições Especiais.....	556
1.1.4. Ausência dos Requisitos Essenciais.....	556
1.1.4.1. Características da Nulidade Absoluta	557
1.1.4.2. Características da Nulidade Relativa – Art. 177 do CC	557
1.1.4.3. Restituição ao Estado Anterior – Art. 182 do CC	557
1.2. Elementos Essenciais Intrínsecos (ou Requisitos Intrínsecos).....	558
1.2.1. Defeitos do Negócio Jurídico	558
1.2.1.1. Erro, Dolo e Coação.....	558
1.2.1.2. Consequência da Nulidade Relativa – Erro, Dolo e Coação.....	559
1.2.1.3. Estado de Perigo e Lesão.....	559
1.2.1.4. Simulação – Art. 167 do Código Civil.....	560
1.2.1.5. Fraude.....	561
1.2.2. Causa – Art. 140 do CC.....	561
2. Elementos Naturais.....	562
3. Elementos Acidentais.....	562

CAPÍTULO 18 – ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO	565
Título I – Quanto ao tempo (Contrato por Prazo Determinado)	565
1. Teoria Geral e Regra.....	565
2. Forma.....	566
3. Hipóteses.....	567
4. Contrato a Termo ou Sob Condição Resolutiva.....	568
5. Duração.....	573
5.1. Contrato com Prazo Superior ao Estabelecido em Lei.....	576
6. Prorrogação e Continuação.....	577
7. Suspensão, Interrupção e Estabilidade.....	579
8. <i>Dies ad Quem</i> do Contrato a Termo.....	581
9. Sucessão de Contratos a Termo.....	583
10. Requisitos para sua Validade.....	586
11. Tipos.....	587
11.1. Art. 443, § 2º, da CLT.....	587
11.1.1. Contrato de Experiência.....	587
11.2. Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei nº 9.601/98.....	594
11.3. Obra Certa – Lei nº 2.959/56.....	596
11.4. Safra – Art. 14 da Lei nº 5.889/73.....	598
11.5. Artista – Lei nº 6.533/78.....	598
11.6. Técnico Estrangeiro – Decreto-Lei nº 691/69.....	599
11.7. Atleta Profissional – Lei nº 9.615/98.....	600
11.8. Contrato Temporário – Lei nº 6.019/74.....	601
11.9. Empregados Contratados ou Transferidos para Trabalho no Exterior – Lei nº 7.064/82.....	602
12. Contrato por Prazo Determinado com Cláusula Assecuratória de Rescisão Antecipada Recíproca.....	603
13. Extinção do Contrato por Prazo Determinado e Seus Efeitos.....	603
13.1. Extinção Natural do Contrato a Termo – Contrato de Safra, Temporário e Obra Certa.....	606
14. Acordo Coletivo e Convenção Coletiva.....	608
Título II – Quanto aos Sujeitos Ativos (Número de Empregados)	608
15. Contrato de Equipe.....	608
15.1. Conceito e Características.....	608
Título III – Quanto à Continuidade	610
16. Contrato Intermitente.....	611

CAPÍTULO 19 – DURAÇÃO DO TRABALHO	613
1. Fundamento.....	613
2. Jornada e Horário de Trabalho.....	613
3. Trabalho Extraordinário.....	615
4. Tempo ou Trabalho Além do Limite Legal ou Contratual.....	615
4.1. Tempo à Disposição.....	615
4.1.1. Art. 4º da CLT.....	615
4.1.2. Horas <i>In Itinere</i> – Vigente Antes da Lei nº 13.467/17.....	619
4.1.2.1. Itinerário Casa-Trabalho-Casa – Antes da Lei nº 13.467/17.....	620
4.1.2.2. Empresa Situada em Local de Difícil Acesso ou Não Guarnecida por Transporte Público e “Regular” – Antes da Lei nº 13.467/17.....	620
4.1.2.3. Condução Fornecida pelo Empregador – Antes da Lei nº 13.467/17.....	621
4.1.3. Sobreaviso e Prontidão.....	621
4.1.4. Intervalo Não Previsto em Lei.....	625
4.1.5. Intervalo Não Concedido ou Suprimido.....	625
4.1.6. Intervalo Concedido Parcialmente.....	628
4.1.7. Trabalho Além da Jornada.....	629
4.1.7.1. Horas Extras Obrigatórias.....	631
5. Compensação de Jornada.....	631
5.1. Limite de Dez Horas por Dia.....	633
5.2. Limite de Duas Horas por Dia.....	634
5.3. Forma.....	635
5.4. Prazo Máximo.....	636
5.4.1. Condições Especiais.....	637
5.4.2. Empregado Público.....	637
6. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	637
7. Alteração da Jornada.....	640
8. Contrato por Tempo Parcial.....	642
9. Jornada Noturna.....	645
9.1. Hora Extra Noturna.....	646
10. Jornadas Especiais.....	647
10.1. Advogado.....	647
10.1.1. Acordo.....	648
10.1.2. Norma Coletiva.....	648

10.1.3. Exclusividade ou Dedicção Exclusiva	648
10.1.4. Conceito	649
10.1.5. Hora Extra e Noturna do Advogado	650
10.2. Engenheiros e Médicos	650
10.3. Digitadores	651
10.4. Telefonistas	652
10.5. Professores	652
11. Trabalhadores Excluídos	656
11.1. Constitucionalidade do Art. 62 da CLT	656
11.2. Excluídos	657
11.2.1. Empregado de Confiança que Tenha Padrão mais Elevado de Vencimentos	657
11.2.2. Função de Confiança	658
11.2.3. Primeiro Grupo – “Gerente”	659
11.2.4. Segundo Grupo – “Gerentão”	660
11.2.5. Percepção de Gratificação de 40% ou Majoração Salarial Correspondente a 40%	664
11.2.6. Terceiro Grupo – Diretores	666
11.3. Trabalhadores Externos	668
11.3.1. Primeiro Grupo	668
11.3.1.1. Trabalhador em Domicílio	669
11.3.1.2. Motoristas	670
11.3.2. Segundo Grupo	671
11.3.3. Terceiro Grupo	672
11.3.4. Anotação na CTPS da Condição de Trabalhador Externo	672
11.4. Teletrabalho	672
12. Adicional de Hora Extra (Cabimento) e Horas Extras Obrigatórias	674
12.1. Intervalo Intrajornada Suprimido	674
12.2. Art. 61 da CLT	676
12.2.1. Hora Extra Obrigatória	676
12.3. Ferroviário	678
13. Invalidez do Acordo de Compensação	679
14. Pré-contratação de Horas Extras	681
15. Valores dos Adicionais de Horas Extras	682
16. Supressão das Horas Extras	682
17. Base de Cálculo das Horas Extras e Integração	683

18. Cartões de Ponto.....	685
19. Sinopse.....	688
CAPÍTULO 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS	691
1. Breve Histórico.....	691
2. Denominação	692
3. Finalidade.....	692
4. Natureza Jurídica	692
5. Campo de Aplicação.....	693
6. Características do Descanso.....	694
7. Requisitos.....	695
8. Descanso Após o 7º Dia	698
9. Atividades Autorizadas a Funcionarem aos Domingos/Escala de Revezamento.....	700
9.1. Compensação de Jornada – Trabalho 12 x 12, 12 x 24 e 12 x 36 – Descanso Semanal	704
10. Trabalho em Dia de Repouso e Feriado.....	706
11. Feriados.....	707
12. Remuneração do Repouso Semanal.....	710
CAPÍTULO 21 – INTERVALOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS	715
1. Conceito e Finalidade	715
2. Natureza Jurídica	715
3. Hipóteses.....	715
3.1. Intervalos Entrejornadas ou Interjornadas.....	715
3.2. Intervalos Intrajornadas	716
4. Intervalo Para Repouso e Alimentação.....	716
4.1. Duração.....	716
4.2. Controle.....	719
4.3. Redução.....	720
4.4. Prorrogação do Intervalo e Concessão de Intervalo Não Previsto em Lei.....	722
4.5. Transação, Renúncia ou Supressão.....	722
4.6. Intervalo Trabalhado ou Concedido Parcialmente – Art. 71, § 4º, da CLT.....	723
5. Intervalo do Digitador	723
6. <i>Call Center, Telemarketing</i> ou Teleatendimento.....	724

7. Intervalo Entre Dois Dias de Trabalho	725
8. Intervalo Para Amamentação	725
CAPÍTULO 22 – FÉRIAS	727
1. Breve Histórico – Brasil	727
2. Aplicação	727
3. Conceito e Fundamentos	728
4. Natureza Jurídica	729
5. Período de Férias e Duração	730
6. Aquisição do Direito	734
7. Férias Proporcionais	735
7.1. Pedido de Demissão, Justa Causa e Convenção da OIT	735
8. Faltas no Período Aquisitivo	739
9. Concessão	740
9.1. Período de Concessão	740
9.2. Forma de Pagamento	742
9.3. Terço Constitucional	743
9.3.1. Terço Constitucional sobre o Abono	744
9.4. Concessão Fora do Prazo	745
10. Época das Férias – Períodos – Regra Especial	746
11. Fracionamento das Férias	746
12. Proibição de Trabalho a Outro Empregador	747
13. Comunicação das Férias e Época do Pagamento	748
14. Férias Coletivas	748
15. Abono de Férias	749
16. Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho	750
17. Prescrição	751
CAPÍTULO 23 – SALÁRIO	753
1. Salário	753
1.1. Conceito	754
1.2. Natureza Jurídica do Salário	754
2. Remuneração	755
2.1. Conceito	755
2.1.1. Gorjeta	755
2.1.2. Integração	761
2.2. Luvas e Bicho	763

3. Elementos do Salário.....	764
3.1. Breves Comentários às Modificações Trazidas pela Lei nº 13.467/17 ao Art. 457 da CLT.....	766
4. Salário-utilidade.....	767
4.1. Conceito e Requisitos.....	767
4.2. Pagamento em Dinheiro.....	770
4.3. Espécies e Valor da Utilidade.....	771
4.4. Descontos.....	773
4.5. Tipos de Utilidades.....	776
4.5.1. Alimentação.....	776
4.5.2. PAT (Lei nº 6.321/76).....	778
4.5.3. Etapa.....	779
4.5.4. Habitação.....	779
4.5.5. Transporte.....	781
4.5.6. Vale-transporte.....	783
4.5.7. Vestuário.....	785
4.5.8. Higiene, Previdência, Saúde, Educação e Lazer.....	787
4.5.9. Cultura.....	788
5. Gratificações.....	789
5.1. Gratificação de Função.....	792
5.2. Gratificação Semestral.....	794
5.3. Gratificação de Quebra de Caixa.....	794
5.4. Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro Salário.....	795
5.5. Gratificação de Balanço ou Participação nos Lucros.....	799
5.6. Gratificação por Tempo de Serviço.....	801
6. Comissões.....	801
6.1. Vendedor Pracista e Representante Comercial – Comissões.....	806
7. Prêmio.....	809
7.1. Conceito.....	809
8. Ajuda de Custo e Diárias de Viagem.....	811
9. Complementação de Aposentadoria.....	812
10. Adicionais.....	814
10.1. Conceito.....	814
10.2. Tipos.....	815
10.2.1. Adicional Noturno.....	815

10.2.2. Adicional de Hora Extra	817
10.2.3. Art. 61 da CLT	818
10.2.4. Invalidez do Acordo de Compensação	820
10.2.5. Valores dos Adicionais de Horas Extras	821
10.2.6. Adicional de Insalubridade e Periculosidade	822
10.2.6.1. Introdução	822
10.2.6.2. Taxatividade	823
10.2.6.3. Insalubridade	826
10.2.6.4. Periculosidade	831
10.2.6.5. Enquadramento das Atividades Insalubres e Perigosas e Prova Pericial	834
10.2.6.6. Acumulação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade	838
10.2.7. Adicional de Penosidade	838
10.2.8. Adicional de Transferência	839
11. Abonos	844
12. Verba de Representação	845
13. PIS-PASEP	845
14. <i>Stock Options</i>	847
15. Projeções ou Integrações	847
15.1. Considerações Gerais	847
15.2. Habitualidade	849
15.2.1. 13º Salário	849
15.2.2. Férias	850
15.2.3. Aviso Prévio e Parcelas da Rescisão Contratual	852
15.2.4. RSR	853
15.2.5. Comissionistas	854
CAPÍTULO 24 – AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL	857
1. Fixação do Salário	857
1.1. Quanto ao Valor	859
1.2. Limitações ao Valor Mínimo do Salário	859
1.2.1. Salário Mínimo	860
1.2.2. Salário Mínimo Profissional Legal – Absoluto	864
1.2.3. Salário Mínimo Profissional Relativo	865
1.2.4. Salário Mínimo Normativo Sindical	865
2. Irredutibilidade Salarial – Flexibilização	865

3. Intangibilidade Salarial.....	870
3.1. Descontos Permitidos em Lei.....	870
4. Tipos de Salários.....	880
5. Pagamento do Salário	885
5.1. Periodicidade.....	885
6. Modo e época de Pagamento do Salário.....	885
7. Moeda Estrangeira	886
8. <i>Truck System</i>	888
9. Retenção.....	888
10. Forma de Pagamento	888
11. Atraso no Pagamento do Salário.....	889
12. Prova do Pagamento do Salário	889
13. Cessão do Salário ou de Crédito Trabalhista.....	890
CAPÍTULO 25 – DANO	891
1. Conceito de Dano	891
1.1. Dano Reflexo ou em Ricochete.....	891
2. Indenização – Requisitos.....	892
2.1. Dano.....	892
2.1.1. Dano Patrimonial.....	893
2.1.2. Dano Emergente ou Positivo.....	893
2.1.3. Lucro Cessante ou Dano Futuro.....	894
2.2. Ato Ilícito.....	894
2.3. Abuso de Direito.....	895
2.4. Atividade de Risco	896
2.5. Nexo Causal	901
2.6. Nexo Concausal ou Concausa.....	901
3. Acumulação das Indenizações – Acidente de Trabalho.....	902
3.1. Benefício Previdenciário × Indenização por Acidente de Trabalho.....	902
3.1.1. Acidente de Trabalho sem Sequelas.....	902
3.1.2. Acidente de Trabalho com Sequela – Invalidez	905
3.1.3. Prescrição.....	911
3.1.4. Fluência do Prazo Prescricional.....	914
4. Dano Moral ou Extrapatrimonial.....	915
4.1. Espécies	915

4.2. Conceito.....	918
4.3. Transmissibilidade	926
4.4. Quantificação da Indenização do Dano Moral.....	926
4.4.1. Quantificação	927
4.5. Dano Moral Vertical e Horizontal	930
4.6. Dano Moral Coletivo.....	930
4.6.1. Direitos e Interesses Difusos.....	932
4.6.2. Direitos e Interesses Coletivos.....	932
4.6.3. Direitos e Interesses Individuais Homogêneos	934
4.7. Assédio Moral ou Psicoterrorismo.....	935
4.7.1. Reparação.....	937
4.8. Assédio Sexual	937
4.9. Correção Monetária e Juros de Mora Incidentes sobre o Valor da Indenização por Danos Morais.....	939
5. Descontos Indenizatórios por Dano Patrimonial	940
6. Limite de Desconto	941

CAPÍTULO 26 – IGUALDADE SALARIAL

1. Equiparação Salarial.....	943
1.1. Requisitos.....	943
1.1.1. Contemporaneidade	944
1.1.2. Mesmo Empregador	945
1.1.3. Identidade de Atribuições.....	946
1.1.4. Mesma Localidade × Mesmo Estabelecimento.....	948
1.1.5. Diferença de Tempo na Função Não Superior a Dois Anos a Favor do Modelo × Diferença de Tempo no Emprego Não Superior a Quatro Anos a Favor do Modelo.....	948
1.1.6. Identidade de Produtividade e Perfeição Técnica.....	949
1.1.7. Inexistência de Plano de Cargos e Salários com Previsão Alternada de Promoção por Antiguidade e Merecimento × Inexistência de Plano de Cargos e Salários, Podendo Conter Previsão de Promoção por Merecimento e/ou por Antiguidade	949
1.1.8. Mesmo Regime Jurídico e Empregado Público.....	951
1.1.9. O Modelo Não Pode Ser Empregado Readaptado.....	952
1.1.10. Desnível Salarial Originado de Sentença × Equiparação em Cadeia Vedada.....	952

1.1.11. Discriminação Salarial por Etnia ou Sexo.....	952
1.1.12. Número de Paradigmas.....	952
1.1.13. Ônus da Prova.....	953
2. Enquadramento e Desvio de Função.....	953
3. Salário-substituição.....	954
3.1. Conceito e Requisitos.....	954
4. Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro.....	956
5. Isonomia entre o Trabalhador Temporário e o Efetivo.....	957
CAPÍTULO 27 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	959
1. Suspensão e Interrupção.....	959
2. Suspensão.....	959
2.1. Conceito e Características.....	959
2.2. Obrigações das Partes Durante a Suspensão Contratual.....	961
2.3. Prescrição.....	962
2.4. Despedida Injusta no Curso da Suspensão.....	963
3. Hipóteses de Suspensão.....	964
3.1. Serviço Militar Obrigatório – Art. 472 da CLT.....	964
3.2. Encargos Civis Públicos.....	964
3.3. Mandato Sindical.....	964
3.4. Suspensão Disciplinar.....	965
3.5. Suspensão para Responder a Inquérito Judicial.....	965
3.6. Diretor Eleito de S/A.....	966
3.7. Greve – Lei nº 7.783/89.....	966
3.8. Auxílio-doença.....	967
3.9. Aposentadoria por Invalidez.....	969
3.10. Licença-maternidade.....	969
3.11. Acidente de Trabalho.....	974
3.12. Suspensão para Curso.....	974
3.13. Faltas Injustificadas.....	975
3.14. Afastamento por até Seis Meses.....	975
3.15. Trabalho Intermitente.....	975
4. Interrupção do Contrato de Trabalho.....	975
4.1. Conceito.....	975
4.2. Hipóteses de Interrupção.....	976

CAPÍTULO 28 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SAÚDE DO TRABALHADOR.....	979
1. Introdução	979
2. Meio ambiente do trabalho.....	979
2.1. Breve Histórico.....	979
2.2. Convenções da OIT.....	982
2.3. Noções de Saúde e Segurança.....	984
2.4. Meio Ambiente.....	985
2.5. Princípios Ambientais Constitucionais.....	985
2.6. Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho.....	986
3. Conclusão.....	989
CAPÍTULO 29 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	991
1. Alteração das Cláusulas Contratuais.....	991
2. Classificação das Alterações de Cláusulas Contratuais.....	991
2.1. Obrigatória e Voluntária	992
2.2. Quantitativa e Qualitativa	994
2.3. Lícitas ou Ilícitas.....	994
2.4. Alterações de Cláusulas Contratuais	995
3. Novação	1005
4. <i>Ius Resistentiae</i> e <i>Ius Variandi</i>	1006
CAPÍTULO 30 – EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1009
1. Terminologia	1009
2. Causas.....	1010
2.1. Extinção Normal.....	1010
2.1.1. Terminação Antecipada do Contrato a Termo	1011
2.1.1.1. Iniciativa do Empregador.....	1011
2.1.1.2. Iniciativa do Empregado.....	1013
2.1.1.3. Força Maior e Culpa Recíproca.....	1013
2.1.2. Contratos Submetidos a Condição Resolutiva	1014
2.2. Extinções Anormais – Espécies ou Modos	1014
2.2.1. Resilição.....	1015
2.2.2. Resolução.....	1015
2.2.3. Rescisão.....	1015
2.2.4. Força Maior	1016

2.2.5. <i>Factum Principis</i>	1017
2.2.6. Morte.....	1018
2.2.7. Extinção da Empresa, Fechamento ou Falência.....	1018
2.2.8. Aposentadoria.....	1019
2.2.9. <i>Ope Judicis</i>	1026
2.2.10. Extinção de Pleno Direito.....	1026
CAPÍTULO 31 – RESILIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1027
1. Distrato.....	1027
2. Dispensa ou Despedida.....	1030
2.1. Conceito.....	1030
2.2. Natureza Jurídica.....	1031
2.3. Modo, Efeito e Tipos.....	1032
2.4. Requisitos.....	1032
3. “Pedido de” demissão.....	1034
3.1. Conceito.....	1035
3.2. Natureza Jurídica.....	1035
3.3. Modo e Efeito.....	1035
3.4. Requisitos.....	1035
3.5. Penalidade Prevista no art. 477, § 8º, da CLT.....	1038
3.6. Quitação Parcial.....	1043
CAPÍTULO 32 – AVISO PRÉVIO.....	1045
1. Histórico.....	1045
2. Conceito e Regras Gerais.....	1045
3. Forma.....	1048
4. Extinção do Contrato.....	1048
5. Natureza Jurídica.....	1049
5.1. Trabalhador.....	1049
5.2. Indenizado pelo Empregador.....	1049
5.3. Indenizado pelo Empregado.....	1051
6. Prazo e Retratação.....	1052
6.1. Contagem.....	1053
7. Finalidade.....	1053
8. Efeitos.....	1053
8.1. Empregado Urbano.....	1053

8.1.1. Jornada Reduzida ou Dispensa do Trabalho por Sete Dias...	1053
8.1.2. Jornada Reduzida Não Concedida.....	1055
8.1.3. Integração ao Tempo de Serviço do Aviso Prévio Indeni- zado.....	1055
8.2. Empregado Rural.....	1056
8.3. Doméstico.....	1057
9. Prazo do Aviso Prévio.....	1057
10. Aviso Prévio Proporcional.....	1057
10.1. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço.....	1058
10.2. Campo de Aplicação.....	1059
10.3. Prazo.....	1060
10.4. Aviso Prévio Trabalhado – Art. 488 da CLT.....	1060
10.5. Aviso Prévio Não Trabalhado – Conversão em Pecúnia: Integração ao Tempo de Serviço e Natureza.....	1060
10.6. Aplicabilidade ou Não das Demais Regras da CLT.....	1061
10.7. Renúncia – Súmula nº 276 do TST e Negociação Coletiva.....	1062
11. Contrato a Termo.....	1062
12. Cabimento.....	1063
13. Base de Cálculo do Aviso Prévio.....	1064
14. Estabilidade.....	1065
15. Justa Causa.....	1065
16. Professor.....	1066
CAPÍTULO 33 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	1067
Título I – Justa Causa.....	1067
1. Poder Disciplinar.....	1068
1.1. Teoria Penalista.....	1068
1.2. Teoria Civilista.....	1068
1.3. Teoria Administrativista.....	1068
1.4. Teoria do Direito Especial ou do Poder Especial.....	1068
2. Punições.....	1069
2.1. Gradação da Pena.....	1070
3. Tipos de Punição.....	1070
3.1. Advertência.....	1070
3.2. Suspensão.....	1070
3.3. Multa.....	1070

3.4. Justa Causa.....	1071
3.4.1. Sistema Legislativo	1072
3.4.2. Forma	1073
3.4.3. Tipos	1073
3.4.4. Requisitos para Aplicação da Justa Causa	1074
4. Estudo de algumas faltas.....	1084
4.1. Improbidade	1084
4.2. Incontinência de Conduta	1086
4.3. Mau Procedimento.....	1087
4.4. Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando Constituir Concorrência a Empresa ou Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando For Prejudicial ao Serviço	1090
4.5. Condenação Criminal Transitada em Julgado de Pena Privativa de Liberdade	1094
4.6. Desídia.....	1096
4.7. Embriaguez Habitual ou em Serviço	1098
4.8. Violação de Segredo da Empresa.....	1103
4.9. Insubordinação e Indisciplina	1105
4.10. Abandono de Emprego	1107
4.11. Ofensas Físicas Contra o Empregador, Superior Hierárquico ou Qualquer Pessoa	1109
4.12. Atos Lesivos da Honra e da Boa Fama	1110
4.13. Prática Constante de Jogos de Azar	1111
4.14. Perda da Habilitação ou Requisitos para Exercer a Profissão	1113
4.15. Atos atentatórios à Segurança Nacional.....	1113
4.16. Falta Contumaz de Pagamento de Dívida.....	1119
4.17. Greve Declarada Ilegal ou Abusiva.....	1120
Título II – Despedida Indireta.....	1121
5. Nomenclaturas.....	1121
6. Conceito.....	1121
7. Requisitos.....	1121
8. Forma	1123
9. Pedido Justo de Demissão	1126
10. Tipos.....	1127
10.1. Serviços Superiores às Forças do Empregado, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes ou Alheios ao Contrato.....	1127

10.2. Tratado pelo Empregador ou Superior Hierárquico com Rigor Excessivo.....	1129
10.3. Correr Perigo Manifesto de Mal Considerável	1129
10.4. Descumprimento das Obrigações do Contrato de Trabalho.....	1130
10.5. Redução de Trabalho por Parte do Empregador Quando este For por Peça ou por Tarefa	1132
10.6. Art. 407 da CLT.....	1133
Título III – Culpa Recíproca.....	1133
11. Requisitos	1133
Título IV – Obrigações Decorrentes da Extinção do Contrato de Trabalho	1135
CAPÍTULO 34 – ESTABILIDADE.....	1137
1. Estabilidade e Garantia de Emprego	1137
2. Conceito.....	1138
3. Classificação da Estabilidade	1138
3.1. Quanto ao Tipo ou Forma	1138
3.2. Quanto à Duração.....	1140
3.3. Quanto ao Procedimento de Dispensa.....	1141
3.4. Quanto ao Interesse	1141
4. Contrato por Prazo Determinado	1142
5. Cargos e Atividades que Não Ensejam a Estabilidade	1142
6. Extinção da Estabilidade.....	1143
7. Ajuizamento da Ação Depois de Decorrido o Período de Estabilidade.....	1144
8. Reintegração e Readmissão	1144
9. Interrupção e Suspensão Contratual.....	1145
10. Hipóteses.....	1146
10.1. Estabilidade Decenal e FGTS.....	1146
10.1.1. Estabilidade Decenal e a Constituição de 1988	1147
10.1.2. Características	1147
10.2. Estabilidade Sindical.....	1148
10.2.1. Dirigente de Associação Profissional	1148
10.2.2. Dirigente Sindical	1149
10.2.3. Requisitos para Aquisição da Estabilidade.....	1150
10.2.4. Exceções.....	1154
10.2.5. Inquérito Judicial.....	1155

10.2.6. Características.....	1156
10.3. Estabilidade da Gestante.....	1156
10.3.1. Conhecimento pelo Empregador.....	1156
10.3.2. Conhecimento pela Empregada.....	1157
10.3.3. Reintegração ou Indenização.....	1158
10.3.4. Interrupção da Gravidez ou Morte da Mãe.....	1159
10.3.5. Estabilidade – Contrato a Termo.....	1160
10.3.6. Doméstica.....	1161
10.3.7. Características.....	1161
10.4. Estabilidade do Titular da CIPA.....	1162
10.4.1. Criação e Extinção.....	1162
10.4.2. Representante dos Empregados.....	1164
10.4.3. Extinção do Estabelecimento e Transferência.....	1164
10.4.4. Características.....	1165
10.4.5. Ajuizamento da Ação após o Prazo da Estabilidade.....	1165
10.5. Estabilidade do Acidentado.....	1166
10.5.1. Empregados Excluídos.....	1166
10.5.2. Requisitos.....	1167
10.5.3. Acidente de Trabalho, Doença Profissional e Doença do Trabalho.....	1167
10.5.4. Comunicação do Acidente.....	1169
10.5.5. Cessação do Auxílio-Doença.....	1170
10.5.6. Alta Médica.....	1170
10.5.7. Constitucionalidade do Art. 118 da Lei nº 8.213/91.....	1170
10.5.8. Características.....	1171
10.5.9. Contrato de Experiência ou Contrato a Termo.....	1171
11. Outras Estabilidades.....	1171
11.1. Empregado Público – Art. 41 da CRFB.....	1171
11.2. Empregado Público – Art. 19 do ADCT.....	1177
11.3. Empregado Público e Servidor Público.....	1178
11.3.1. Empregado Público e Servidor Público.....	1178
11.3.2. Empregados Públicos Admitidos Há menos de 5 Anos da Constituição/88 sem Concurso Público e a EC nº 19/98....	1179
11.3.3. Lei nº 9.962/2000.....	1181
11.3.4. Regime Jurídico Único e a Lei nº 9.962/2000.....	1182
11.4. Empregado Público de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista.....	1183

11.5. Aprendiz – Art. 433 da CLT.....	1184
11.6. Membro do Conselho Nacional da Previdência Social.....	1184
11.7. Membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia.....	1185
11.8. Membro da Comissão de Conciliação Prévia da Empresa.....	1185
11.9. Dirigentes Representantes dos Empregados nas Cooperativas... ..	1185
11.10. Representantes dos Empregados nas Empresas com Mais de 200 Empregados.....	1186
11.11. Ato Discriminatório.....	1188
11.12. Leis Eleitorais.....	1189
11.13. Deficientes Físicos ou Reabilitados.....	1189
11.14. Portador do Vírus da AIDS.....	1192

CAPÍTULO 35 – FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO.....

Título I – FGTS.....	1195
1. Histórico.....	1195
2. Opção.....	1196
3. Cabimento.....	1199
4. Regime do FGTS.....	1199
4.1. Contas Vinculadas do FGTS.....	1200
4.1.1. Opção Simples – Lei nº 5.107/66.....	1201
4.1.2. Opção Retroativa – Prevista na Lei nº 5.958/73.....	1201
4.1.3. Opção com Transação – Prevista na Lei nº 5.107/66.....	1203
5. Administração do Fundo.....	1203
6. Natureza Jurídica do FGTS.....	1204
7. Exceção.....	1205
8. Base de Cálculo.....	1205
9. Indenização Adicional de 40%.....	1206
10. Conversão de Regime Jurídico.....	1207
11. Saques.....	1208
12. Prescrição do FGTS.....	1212
13. Expurgos Inflacionários.....	1214
Título II – Indenização por Tempo de Serviço.....	1216
14. Indenização por Tempo de Serviço.....	1216
15. Conceito.....	1217
16. Natureza Jurídica – Teorias.....	1217

16.1. Teoria do Crédito.....	1217
16.2. Teoria do Ressarcimento do Dano ou Assistencial.....	1217
16.3. Teoria do Risco Profissional, do Risco Criado ou da Teoria Objetiva.....	1218
16.4. Teoria da Previdência, Previdencial ou da Assistência Social.....	1218
16.5. Teoria da Pena ou Penal.....	1218
16.6. Teoria do Prêmio, Premial ou Prêmio Colaboração.....	1219
16.7. Teoria do Salário Diferido ou Retido.....	1219
16.8. Teoria do Abuso do Direito.....	1219
16.9. Teoria da Integração do Aviso Prévio.....	1219
17. Conclusão e Teorias Mistas.....	1220

CAPÍTULO 36 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1221
1. Breve histórico.....	1221
2. Finalidade e Natureza Jurídica.....	1221
2.1. Introdução.....	1223
3. Prescrição.....	1223
3.1. Conceito.....	1223
4. Decadência.....	1225
4.1. Conceito.....	1225
4.2. Diferenças entre a Prescrição e a Decadência.....	1226
5. Normas Gerais de Prescrição.....	1227
6. Prescrição Trabalhista.....	1228
7. Espécies de Prescrição.....	1228
7.1. Extintiva.....	1228
7.2. Total.....	1229
7.3. Parcial.....	1230
8. Casos Especiais.....	1231
8.1. Menor.....	1231
8.2. Demais Casos.....	1232
9. Das Causas que Obstatam o Fluxo do Prazo Prescricional.....	1232
9.1. Interrupção.....	1234
9.2. Demora na Citação.....	1235
9.2.1. Ajuizamento da Ação.....	1235
9.2.2. Arquivamento.....	1236
9.2.3. Contagem do Prazo Interrompido.....	1237

SUMÁRIO

9.2.4. Protesto Judicial.....	1238
9.3. Suspensão e Impedimento.....	1238
10. Contagem da Prescrição.....	1240
10.1. <i>Dies a Quo</i> (Termo Inicial da Contagem do Prazo).....	1241
10.1.1. Extintiva – Prazos – Jurisprudência.....	1241
10.1.2. Parcial – Prazos – Jurisprudência.....	1241
10.1.3. Total – Prazos – Jurisprudência.....	1241
10.2. <i>Dies Ad Quem</i> (Termo Final da Contagem do Prazo).....	1241
11. Arguição da Prescrição.....	1242
12. Prescrição Intercorrente.....	1243
CAPÍTULO 37 – DIREITO COLETIVO	1247
1. Introdução	1247
2. Denominação	1248
3. Autonomia.....	1248
4. Definição.....	1249
5. Princípios.....	1249
5.1. Princípio da Liberdade Sindical.....	1249
5.2. Princípio da Preponderância do Interesse Coletivo sobre o Individual	1250
5.3. Princípio da Autonomia Coletiva ou Poder de Autorregulamentação	1251
5.4. Princípio da Busca do Equilíbrio Social ou da Paz Social.....	1251
5.5. Princípio da Adequação ou da Adaptação.....	1251
5.6. Princípio do Limite da Negociação Coletiva.....	1252
5.7. Princípio da Boa-fé ou da Lealdade entre os Negociantes.....	1261
5.8. Princípio da Intervenção Obrigatória dos Sindicatos	1262
5.9. Princípio da Equivalência entre os Negociantes.....	1262
5.10. Princípio da Atuação de Terceiros.....	1262
5.11. Outros Princípios.....	1262
6. Entes Coletivos – Histórico.....	1264
6.1. Resumo Cronológico.....	1267

7. Sindicatos	1268
7.1. Conceito.....	1268
7.2. Natureza Jurídica e Representação do Sindicato	1268
7.3. Condições de Registro e Funcionamento	1271
7.4. Forma de Custeio – Contribuições Sindicais	1272
8. Formas de Solução de Conflitos Coletivos	1273
8.1. Conflitos Coletivos do Trabalho	1275
8.2. Autodefesa ou Autotutela.....	1279
8.3. Autocomposição	1280
8.4. Heterocomposição	1281
9. Negociação Coletiva do Trabalho.....	1282
9.1. Conceito e Características.....	1282
9.2. Procedimento da Negociação Coletiva.....	1284
9.3. Classificação das Negociações Coletivas do Trabalho	1284
10. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho.....	1286
10.1. Conciliação	1286
10.2. Mediação.....	1287
10.3. Arbitragem.....	1289
10.4. <i>Mini-trial</i>	1292
10.5. <i>Summary Jury Trial</i>	1293
10.6. <i>Early Neutral Evaluation</i>	1293
10.7. <i>Ombudsman</i>	1293
10.8. Tribunais Privados ou <i>Rent a Judge</i>	1293
10.9. <i>Fact-finding</i>	1294
10.10. Termo de Ajuste de Conduta.....	1294
10.11. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho.....	1294
10.11.1. Conceito	1294
10.11.2. Natureza Jurídica – Teorias	1295
10.11.3. Duração, Pressupostos e Validade.....	1297
10.11.4. <i>Quorum</i>	1299
10.11.5. Espécies de Cláusulas Coletivas.....	1301
10.11.6. Efeitos das Cláusulas Coletivas sobre o Contrato de Trabalho.....	1301
10.11.7. Peculiaridades do Acordo Coletivo.....	1304
10.11.8. Conflito entre Acordo e Convenção Coletiva.....	1305

10.11.9. Legitimados	1307
10.11.10. Categoria e Base Territorial	1308
10.11.11. Nulidade da Norma Coletiva.....	1310
10.12. Contrato Coletivo de Trabalho	1312
11. Poder Normativo na Justiça do Trabalho e a EC nº 45/04.....	1314
11.1. Introdução	1314
11.2. Poder Normativo da Justiça do Trabalho.....	1314
11.3. Emenda Constitucional nº 45/04.....	1316
11.4. Críticas.....	1317
11.5. Dissídio Coletivo de Natureza Econômica por Mútuo Consentimento.....	1318
CAPÍTULO 38 – GREVE	1321
1. Conceito.....	1321
2. Origem da Palavra.....	1321
3. Histórico.....	1322
3.1. No Brasil	1322
4. Natureza Jurídica	1323
5. Finalidade.....	1324
6. Suspensão do Contrato de Trabalho.....	1325
7. Tipos de Greve.....	1325
8. Requisitos.....	1327
9. Legitimidade	1328
10. Limitação do Direito de Greve.....	1328
11. Greve Abusiva ou Ilícita	1331
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1333
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1347